



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA

REFUGIADOS: ADAPTAÇÃO EM UM NOVO CONTEXTO

Fernanda Iara Marques de Oliveira

Orientador: Prof. Ms. Vagner dos Santos

Brasília

2015

FERNANDA IARA MARQUES DE OLIVEIRA

Refugiados: adaptação em um novo contexto.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade de Brasília - UnB - Faculdade de
Ceilândia como requisito parcial para obtenção
do título de bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientador: Prof. Ms. Vagner dos Santos

Brasília
2015

FERNANDA IARA MARQUES DE OLIVEIRA

Refugiados: adaptação em um novo contexto

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade de Brasília - UnB - Faculdade de
Ceilândia como requisito parcial para obtenção
do título de bacharel em Terapia Ocupacional.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Ms. Vagner Dos Santos

Universidade de Brasília

Prof. Josenaide Engracia dos Santos

Universidade de Brasília.

Brasília

2015

Dedico este trabalho a Deus, que se mostrou criador, que foi criativo. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor um novo mundo de novas possibilidades.

As pessoas que diariamente se veem obrigadas a emergir e abandonar suas famílias e casas, vocês não estão sozinhos.

Aos órgãos e organizações que se sensibilizam a ajudar pessoas desamparadas e que se encontram em situação de refugio, esse trabalho faz toda a diferença.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Francisco Arimatéa, minha mãe Maria Elsa e as minhas irmãs Mariana e Maria de Fátima por toda a paciência e apoio que me foi oferecido durante essa jornada.

A todos que contribuíram de forma enriquecedora na minha graduação, em especial as amigas que me acompanharam durante todo o curso, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Com vocês, as pausas entre um parágrafo e outro de produção melhora tudo o que tenho produzido na vida.

Aos professores, que foram tão importantes em minha construção profissional, principalmente meu orientador Vagner dos Santos que a partir de um interesse particular abraçou o tema e me ajudou no desenvolvimento desta monografia.

Não poderia deixar de agradecer aos voluntários da pesquisa que se colocaram a disposição para o desenvolvimento desse trabalho, vocês foram essenciais para a conclusão desse percurso.

MUITO OBRIGADA A TODOS!

*"Pessoas, muito mais que coisas, devem ser restauradas,
revividas, resgatadas e redimidas: jamais jogue alguém fora."*

Audrey Hepburn

RESUMO

MARQUES DE OLIVEIRA, F. I. Refugiados: adaptação em um novo contexto. 2015. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Graduação em Terapia Ocupacional, Faculdade de Ceilândia. Brasília, 2015

Ocorrências de rejeição social, privações, discriminações e até mesmo a revolta de governantes em diversas épocas da história mundial, contribuíram para registros de populações que abandonaram suas terras e saíram em busca de proteção em cidades próximas. O fim da 2ª Guerra mundial e a promulgação da Declaração dos Direitos humanos intensificou ainda mais o processo migratório forçado entre países, esse fenômeno é resultante da violência aos direitos humanos, opressão e desigualdade social. Ao chegar ao país signatário o refugiado sente-se indefeso e desafiado perante o contexto desconhecido. Nesse sentido, a intervenção da terapia ocupacional surge como alternativa de articulação entre a realidade e expectativas do indivíduo nesse momento, visando amenizar o sofrimento e trauma ocasionados pela ruptura do cotidiano, assim como meios de produção de vida. Para o aperfeiçoamento no acolhimento aos refugiados faz necessário o conhecimento quanto às dificuldades enfrentadas por esse grupo no processo de adaptação. A produção científica dentro da temática merece maior desenvolvimento quanto a aspectos psicodinâmicos, contribuindo para a melhora do acolhimento e legislação pública acerca do tema. Através do estudo qualitativo por meio de entrevistas semiestruturadas utilizada na coleta de dados, esse trabalho visa identificar as dificuldades apresentadas na adaptação do novo contexto e consequentemente na nova rotina a qual são inseridos os refugiados segundo a sua própria perspectiva. Os resultados foram obtidos a partir do relato de refugiados selecionados conforme o critério de inclusão e exclusão que compôs o grupo de amostra.

Palavras-chaves: Dificuldades. Adaptação. Contexto. Refugiados.

ABSTRACT

MARQUES DE OLIVEIRA, F.I. Refugees: adaptation in a new context. 2015. Monograph (Undergraduate) - University of Brasilia, Diploma in Occupational Therapy, School of Ceilândia. Brasilia, 2015

Social rejection events, privations, discriminations and even wrath of rules in different periods of world history contributed to records of people who have left theirland and went for cover in nearby cities. The end o the second world war and the programming of the Declaration of Human Rights more intensified forced migration process between countries this phenomenon is the result of violence of human rights, oppression and social inequality. Upon arriving at the refugee signatory to feel helpless and challenged before the in know context. In this sense, the intervention of occupational therapy is na alternative articulation between reality and individual expectation at the time, orderto alleviate the suffering na trauma caused by the disruption of daily life as well as life of the means of production . To improve the reception of refugees knowledge is needed about the difficulties faced by this group in the adaptation process. The scientific production in the subject merits further development as the psychodynamic aspects , contributing to the improvement of shelter and publishes legislation on the subject. Through qualitative study using semi-structured interviews used for data collection , this study aims to identify the difficulties faced in adapting the new context and consequently the new routine which are inserted refugees according to their own perspective. The Results will be obtained from the report of refugees selected according to the criteria of inclusion and exclusion that will compose the sample group

Keywords: Difficulties. Adaptation. Context. Refugees.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	03
2. Referencial teórico	
2.1 Conceitos.....	05
2.2 Histórico mundial: Refugiados.....	06
2.3 Brasil: Refugiados e o desenvolvimento da terapia ocupacional.....	07
3. Justificativa.....	09
4. Objetivos	
4.1 Objetivos gerais.....	12
4.2 Objetivos específicos.....	12
5. Metodologia.....	13
6. Aspectos éticos.....	15
7. Resultados e discussão	
7.1 Perfil dos entrevistados.....	16
7.2 Legalidade, documentação e rede de apoio.....	16
7.3 Moradia e mobilidade.....	19
7.4 Trabalho, educação e saúde.....	20
7.5 Religião e lazer.....	22
7.6 Família e amigos.....	24
7.7 Vida de nativo X vida de refugiado.....	25
8. Considerações finais.....	27
9. Referências bibliográficas.....	28
10. Apêndice.....	31
11. Anexos	
11.1 Anexo A.....	32
11.2 Anexo B.....	34

1. INTRODUÇÃO

São diversos os relatos quanto ao surgimento da terapia ocupacional que formalmente teve origem com o fim da 2ª Guerra Mundial, apesar de ter começado a ser delineada como profissão anos antes no período da 1ª Grande Guerra. No início de sua atuação a Terapia Ocupacional visava atender as necessidades físicas e neurológicas dos soldados norte-americanos com sequelas oriundas dos campos de batalha, relata De Carlo e Bartalotti (2001). Com o desencadear dos anos e a melhor definição de saúde concluiu-se que a subjetividade que permeia o homem tem influência sob o seu bem-estar. Nesse sentido a terapia ocupacional abarcou dentro de seu âmbito questões inerentes ao papel social e cultural dos diversos grupos humanos.

No cenário mundial, na década de 70 a Declaração dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, ganhou grande enfoque e força devido à exacerbada violação dos direitos instituídos perante essa declaração. Segundo Barros, Ghirardi e Lopes (2002) a terapia ocupacional social passou a ser discutida nessa mesma década, época em que a América do Sul, inclusive o Brasil, atravessava um período de ditaduras e violações de direitos fundamentais ao homem marcando assim a era mais difícil da história sul-americana.

A violência, opressão e desigualdades sociais enfrentadas principalmente pelos latino-americanos, ocasionaram um grande fluxo de migração entre países vizinhos. Essas pessoas deixavam seu país de origem devido à periculosidade e vulnerabilidades a qual se encontravam mediante a isso e como estipulado pela Convenção de Genebra de 1951, esses indivíduos foram categorizados como refugiados.

Com o aumento do fluxo migratório preocupações acerca da saúde e bem-estar da população refugiada passaram a ser manifestadas, já que o abandono das suas origens e a perda de identidade acarretava um profundo sofrimento nessa população, Barros (2004) aponta que o processo de adoecimento se relaciona intimamente com situações vividas de angústia, medo e sofrimento.

Ao chegar ao país signatário o refugiado sente-se indefeso perante o novo contexto, segundo Malfitano (2005) o fortalecimento das redes sociais diminui significativamente o sofrimento ocasionado pela exclusão e desenraizamento social. O terapeuta ocupacional deve compreender e contribuir com a subtração da dor e sofrimento ocasionados pela ruptura do cotidiano aponta Barros, Ghirardi e Lopes (2002) contribuindo para o bem-estar do refugiado

resgatando antigos e proporcionando novos significados de vida ao reestruturar o seu cotidiano. Dessa forma a terapia ocupacional surge como um meio de articulação entre a realidade a qual o individuo esta inserido e as expectativas que carrega consigo, analisando as possibilidades existentes dentro daquela situação conclui Barros (2004).

Ainda de acordo com Barros (2004) o terapeuta ocupacional tem o papel de acompanhar e atender a população de refugiados devido à capacidade de lidar com o sofrimento humano contribuindo com a produção de qualidade de vida, atuando como facilitador na criação de vínculos e aproximações, ressaltando que a terapia ocupacional tem na atividade humana o pilar central da sua prática.

Partindo da ideia de que a terapia ocupacional atua na transformação social e que atende e busca compreender os diversos grupos sociais existentes visando à produção de qualidade de vida e bem estar, surge a nossa pergunta de pesquisa: Ao chegar ao país signatário quais são as dificuldades enfrentadas pelos refugiados no processo de adaptação ao novo contexto?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos de terapia ocupacional e refugiado.

O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COOFITO) conceitua terapia ocupacional como:

Área do conhecimento, voltada aos estudos, à prevenção e ao tratamento de indivíduos portadores de alterações cognitivas, afetivas, perceptivas e psicomotoras, decorrentes ou não de distúrbios genéticos, traumáticos e/ou de doenças adquiridas, através da sistematização e utilização da atividade humana como base de desenvolvimento de projetos terapêuticos específicos na atenção básica, média complexidade e alta complexidade.

Dessa forma o terapeuta ocupacional esta capacitado para atuar nas áreas da saúde e ciências sociais, dispondo das atividades humanas instrumento para a manutenção de bem estar do homem, sua prática e função no meio social, estabelece o COFFITO. Dessa forma a terapia ocupacional trabalha na interface da promoção de saúde e bem-estar social em múltiplos sujeitos principalmente no que tange a grupos sociais desfavorecidos como no caso dos refugiados, indivíduos que foram levados a abandonar seus costumes, a perder sua identidade e seus significados de vida. Nessa perspectiva a terapia ocupacional visa em meio à situação traumática a diminuição do sofrimento, a preservação e promoção das funções biológicas e sociais dos mesmos auxiliando no acolhimento e processo de adaptação desses indivíduos no novo meio a qual estão inseridos.

A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto do Refugiado (1951) aponta como refugiado todo aquele que tem sua vida, liberdade, integralidade e segurança ameaçados por motivos que divergem entre questões religiosas e culturais a ideológicas e étnicas que estão fora de seu território nacional. O Instituto de Migrações e Direitos Humanos - IMDH acrescenta a esse grupo pessoas que são removidas de seu país por razão de desastres naturais, mudanças climáticas, fatores sociais extremos como desemprego, fome e miséria ou ainda desordem política. No Brasil a Lei referente à categorização do termo, Lei 9.474/97 artigo 1º inciso III, coloca como sendo aquele que tem grave ou generalizada violação de Direitos Humanos e se vê obrigado a deixar seu país, sua nacionalidade em sair em busca de outro território.

2.2 Histórico mundial: Refugiados

Em todos os séculos houveram episódios de pessoas que foram forçadas a migrar para outras localidades, porém o século XVII marcou esse fenômeno devido à institucionalização do direito imposto pelo precursor do Direito Internacional, de que pessoas expulsas de seu país poderiam residir em outra nação ficando a jurisdição do governo local, menciona Silva (2012). Segundo Garcia (2008) os precursores do Direito Internacional entendiam o asilo como sendo um direito da população e um dever do Estado, a partir disso o asilo passou a ter um caráter fortemente político.

O deslocamento migratório forçado foi ganhando visibilidade e em decorrência a isso a comunidade internacional estabeleceu que indivíduos vítimas desse fenômeno necessitavam de maior proteção. A Liga das Nações Unidas em 1921 nomeou um Alto Comissário para Refugiados – ACNUR com objetivo de oferecer suporte a essa questão, menciona Sprandel e Milesi (2000). Apesar de essa temática ter sido discutida anos antes, somente em 1951 na convenção de Genebra, a temática dos refugiados ganhou força e representatividade.

O término da 2ª Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas ocasionaram significativas mudanças no cenário mundial diz Rodrigues (2006), o autor ainda menciona que essas mudanças contribuíram para que em 1948 fosse promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos dos Homens que representava o ápice do respeito e da dignidade da pessoa humana, essa declaração passou a ser integralizada ao Direito Internacional e recaiu com forte impacto aos refugiados.

No dia 1º de Janeiro de 1951 ocorreu a Convenção Internacional que além de delinear o termo refugiado embasado pela Declaração dos Direitos Humanos, definiu aspectos para o tratamento dessa população, assim como a inclusão de outros direitos básicos, apontam Sprandel e Milesi (2003) que evidenciam no documento oficial da Convenção a existência de uma cláusula que dava aos países a oportunidade de optar por receber somente refugiados da Europa, essa cláusula ficou conhecida como “reserva geográfica”. Nas décadas posteriores à Convenção de Genebra, o número de refugiados continuou a aumentar, principalmente ocasionadas pelo grande número de pessoas que tinham os seus “Direitos Humanos violados, intervenções estrangeiras e violências generalizadas [...]” (Sprandel e Milesi, 2003, p. 116).

Segundo dados da ACNUR, atualmente há registrados mais de 50 milhões de casos de pessoas que forçadamente deixaram seu país. Essa migração obriga os países vizinhos de

regiões em conflito a elaborarem políticas públicas para atender as necessidades dessa população que busca refugio e segurança em lugares próximos a sua terra.

2.3 Brasil: Refugiados e o desenvolvimento da terapia ocupacional.

O envolvimento do Brasil com a população refugiada teve início bem antes da promulgação da Lei 9.474, esse envolvimento faz aproximação com o desencadear da terapia ocupacional no país. De Almeida (2000) fez uma retrospectiva evidenciando os principais eventos que precederam a formulação da Lei brasileira relativa a refugiados assim como De Carlo e Bartalotti (2001) descrevem o desenvolvimento da terapia ocupacional no Brasil. Os principais eventos ocorridos em ambos os eixos são descritos no quadro a seguir.

Quadro 1.3.1- Eventos que precederam a atuação da terapia ocupacional no trabalho social e a criação da Lei 9.474/97 no Brasil. (Continua).

Ano	Evento
1952	Brasil assina a Convenção sobre o Estatuto de Refugiado de 1951
1953	Começa a surgir no Brasil cursos de terapia ocupacional com duração de um ano.
1956	ONU implanta no Brasil o Instituto Nacional de Reabilitação, este formava profissionais para trabalhar na reabilitação de pessoas com deficiência, oferecendo diversos cursos para a área inclusive o de terapia ocupacional.
1959	Início da formação de “técnicos de alto padrão” em fisioterapia e terapia ocupacional. Os cursos para a formação desses profissionais passam a ser de dois anos.
1961	O Decreto nº 20.215 promulga no ordenamento jurídico brasileiro a Convenção de 1951. O Brasil passa a receber somente refugiados da Europa.
1963	É aprovado o currículo mínimo do curso de terapia ocupacional pela Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação. O curso passa a ter três anos de duração.
1964	O curso de terapia ocupacional na USP é de três anos sendo voltado para a reabilitação física. Somente mais tarde os estágios supervisionados passaram a acontecer em outras áreas como a psiquiatria.
1969	A profissão de terapeuta ocupacional passa a ser de nível superior.
1970	Estudos de M.J. Benetton passam a impulsionar uma abordagem psicodinâmica em terapia ocupacional.
1977	Primeira missão da ACNUR no Brasil (Rio de Janeiro). Tinha como objetivo reassentar pessoas que buscavam asilo, oriundas do Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai.
1979 á 1980	Brasil acolhe 150 vietnamitas, porem a eles não é dado o titulo de refugiados por conta do Decreto n. 20.215. Na terapia ocupacional, diversos profissionais passam a aderir a “luta antimanicomial”.

Quadro1.3.1 Eventos que precederam a atuação da terapia ocupacional no trabalho social e a criação da Lei 9.474/97 no Brasil. (Conclusão).

Ano	Evento
1982	Presença da ACNUR como organização internacional passa a ser reconhecida pelo governo brasileiro.
1986	Brasil acolhe 50 famílias Bahai's perseguidas no Irã por questões religiosas. Não recebem o título de refugiados são caracterizados como asilados.
1989	Escritório da ACNUR e transferido para Brasília. Nesse mesmo ano é discutida a questão do acolhimento exclusivo de refugiados europeus.
1992 á 1994	Brasil recebe 1,2 angolanos e concede a eles o status de refugiado aplicando a Declaração de Cartagena devido à violação generalizada dos direitos humanos oriundo da guerra civil na Angola
1996	Projeto de Lei estabelece a incorporação da Convenção de 1951 ao direito brasileiro.

Fonte: Do próprio autor (De Almeida, 2000 ; De Carlo e Bartalotti, 2001).

Durante as décadas de 60 e 70 a América Latina foi massacrada por ditaduras que levaram centenas de pessoas a migrar para outros países, o Brasil nesse período participou das duas formas exilando brasileiros e recebendo estrangeiros exilados. Nessa mesma época a terapia ocupacional começou a se estruturar como um instrumento de apoio e intervenção para diversos grupos sociais incluindo os refugiados.

3. JUSTIFICATIVA

Como mencionado anteriormente a 2ª Guerra Mundial evidenciou a questão dos refugiados em todo o mundo, porém entre os anos de 2002 até a metade de 2006 o número de refugiados foi estabilizado e começava a diminuir, contudo ao final de 2006 os estudiosos do tema foram surpreendidos pelo aumento exacerbado dessa população, essa alteração, segundo Aydos, Baeninguer e Domingues (2008) se deve aos conflitos ocorridos no Iraque e tem repercutido aos dias atuais. Moreira (2014) coloca que o número existente de refugiados é resultante do aumento das guerras civis que tem deixado grande parte da população dos países em conflito refém e que essas pessoas encontram na fuga a solução para esse problema, aponta Agier (2006) mediante a isso uma infinidade de fatores como questões culturais sociais e políticas merecem atenção ao se pensar nos processos migratórios ressalta Aydos (2010).

Ao chegar a um novo território o refugiado traz traumas, medos, tristezas e desesperança ocasionadas pelo afastamento de seu país, família, costumes, crenças e trabalho que não são amenizados ou excluídos apenas com políticas públicas. O trauma ocasionado pela travessia, diz Algado. Mehta e Kronenberg (2003) pode levar o indivíduo a apresentar problemas psicológicos assim como disfunção ocupacional, já que estes estão convivendo diretamente com o medo, a violência e a ameaça constata de morte.

Sentimentos como a autocrítica de suas imperfeições políticas e ideológicas, a perda dos vínculos sociais, como o contato com o seu povo, para Mello (2008) correspondem ao grande desafio do exílio, juntamente com a dificuldade de participação da vida do povo do país que cede abrigo, participação essa voltada a história, cultura, valores e idiomas até então estranhos. Ao ser desenraizado do seu meio social e cultural, diz Marinucci (2013), o refugiado se torna vulnerável e se sente obrigado a se reinterpretar e a buscar novos significados. Para Araújo (2003), o *start* desses sentimentos de aflição esta no desafio do refugiado ser aceito no novo contexto, de alcançar a cidadania, a prática de sua cultura e crenças, o progresso educacional assim como a independência financeira e queda da barreira linguística.

Durante a temporada no país signatário, não é esperado que o refugiado abandone seus traços culturais, mas sim que seja lhe ofertado meios para que o mesmo possa ajustar essas questões com a prática local, menciona Moreira (2014) em seus trabalhos. A condição do refugiado nessa nova terra é de extremo desconforto, cita Marinucci e Milesi (2003), sem

pátria, família, bens, memória e às vezes até sem identidade se vê obrigado a reinventar a própria vida, cita Aydos (2010).

Dessa forma a terapia ocupacional visa à diminuição do sofrimento trabalhando no acolhimento e inserção desses indivíduos ao novo contexto, buscando a forma mais saudável e menos traumática. A busca por uma nova identidade e significados de vida dessa população tem se tornado área de grande interesse para a terapia ocupacional que desde a década de 70 passou a estudar os grupos sociais, observando o desempenho da tarefa e ocupação modificada ou perdida devido à alteração do contexto do sujeito. Ao se analisar o meio social a terapia ocupacional deve compreender o meio cultural, físico, social, pessoal, espiritual e temporal que esses indivíduos estão inseridos, menciona Cavalcanti e Galvão (2013).

Segundo Barros, Ghiradi e Lopes (2002), o terapeuta ocupacional tem poder de transformação social, utilizando a favor do bem-estar o ato de realizar atividades que “promove mudança de atitude, pensamentos e sentimentos” (De Castro, De Araújo Oliveira e Brunello, 2001, p.50). As ações da terapia ocupacional, para Algado, Mehta e Kronenberg (2003) devem objetivar a prevenção de consequências psicológicas futuras, assim como a busca no desenvolvimento de novos significados de vida e suporte para o enfrentamento da integração com a nova terra, minimizando situações conflitivas e sofridas, cita Marinucci (2013).

Nesse sentido segundo a COFFITO, a terapia ocupacional deve contribuir no atendimento a as necessidades do refugiado atuando no desenvolvimento de assistência social, socioambiental, socioeconômico e cultural desse grupo que sofre com a ruptura forçada do cotidiano e as dificuldades de adaptação à nova rotina, a partir da compreensão dos costumes, hábitos, tradições, diversidade, modo de realização da vida cotidiana e de vida prática, lazer, trabalho, família esse profissional pode fornecer apoio e meios para a adaptação e bem estar na comunidade a qual o refugiado esta inserido.

A capacidade dos terapeutas ocupacionais para inovar e potencializar as fortalezas de grupos e comunidades são ferramentas de grande valor em contextos onde existe escassez de recursos econômicos em meios culturais e sociais desfavorecidos. (ALGADO, MEHTA e KRONENBERG, 2003)

Alguns terapeutas ocupacionais tem se destacado na área, atuando no desenvolvimento de pesquisas e projetos que visam a excelência no exercício do cotidiano e adaptação desses indivíduos ao novo território, mesmo havendo grande escassez de trabalhos a respeito da

temática. Apesar da grande expressão mundial da população refugiada poucos trabalhos são desenvolvidos acerca do tema, segundo Smith, Stuart e Da Lomba (2010 apud Moreira, 2014, p. 91) questões relativas à integração do refugiado no novo meio ainda são pouco exploradas, os autores destacam a importância de estudar o modo como vivem e os processos de integração e exclusão sofridos pelo grupo.

No Brasil assim como em outros países os estudos referentes ao modo de vida dos refugiados são escassos sendo que grande maioria se restringem a área do Direito, cita Aydos, Baeninguer e Dominguez (2008), porém com a propagação da terapia ocupacional o questionamento quanto ao bem-estar emocional e social do refugiado tem sido feito e isso tem proporcionado o desenvolvimento de estudos com enfoque mais humanizado para com essa população.

O desenvolvimento de trabalhos que levantem as dificuldades enfrentadas por esse grupo contribui para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes por parte dos países signatários, assim como o desenvolvimento e criação de ações que promovam a saúde e bem estar, minimizando o sofrimento desses indivíduos que já trazem consigo um passado marcado por traumas, desesperança, perda de identidade e significados de vida.

Sendo a terapia ocupacional parte fundamental para o processo de desenvolvimento psicossocial, o estudo de levantamento de dados acerca das dificuldades em meios psicodinâmicos contribui para o delineamento da profissão nessa área, afinal é por meio do conhecimento dos problemas que se torna possível encontrar a solução.

4. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

- Identificar as principais dificuldades de adaptação apresentadas pelos refugiados ao serem inseridos a um novo contexto.

3.2. Objetivos específicos

- Identificar grupos de refugiados no Distrito Federal

Conhecer o contexto que está inserido esses refugiados e os motivos que os levaram a entrar nessa condição.

- Investigar as condições de vida dessa população
- Delinear as principais dificuldades de adaptação de acordo com a perspectiva desse grupo.

5. METODOLOGIA

O presente trabalho é do tipo exploratório teve como objetivo o levantamento de dados acerca do tema específico. A presente pesquisa investigou as dificuldades de adaptação existente no processo de adaptação de refugiados residentes do Brasil, sem distinção entre os que estão legalmente no país e os que permanecem ilegais.

Esse estudo utilizou o construtivismo como concepção filosófica que busca entender e compreender o mundo que cerca o indivíduo. Essa base se fundamenta na visão que o participante do estudo tem da situação em estudo. Segundo Creswell (2010) o construtivismo se ergue no fato de que os seres humanos se conectam ao contexto o qual estão inseridos e a partir disso extraem significados para a sua vida baseados na sua perspectiva histórica e social. Dessa forma o construtivismo como base filosófica auxiliou no desenvolvimento de reflexões a respeito das dificuldades levantadas pelos refugiados.

Para o desenvolvimento desse estudo foi escolhido o método exploratório qualitativo por apresentar o sujeito de forma ampla, englobando o seu "eu" e todo o contexto o qual esta inserido, considerando fatores ambientais, sociais, educacionais, emocionais e culturais, expõe Rocha e Brunello (2007) e tem por foco as experiências vividas pelos participantes do estudo. Diante de todos os métodos, o qualitativo é o melhor que se molda e aproxima o pesquisador da realidade além de proporcionar ao pesquisador maior sensibilidade à biografia individual de cada entrevistado, aponta Creswell (2010), por isso é indicado para estudar os fenômenos humano, permitindo conhecer a forma de pensar, agir e fazer dos sujeitos estudados aponta Piovesan e Temporini (1995). Esse modelo nos permitiu analisar de forma mais exata e humana a visão que o sujeito tem de si e do ambiente o qual vive nos fornecendo material para o desenvolvimento de soluções quanto às dificuldades levantadas.

A entrevista semiestruturada foi escolhida como método devido à maleabilidade proposta por ela, ou seja, ela permite mudanças na questão de pesquisa à medida que o estudo avança. A entrevista aconteceu de forma individual, permitindo ao entrevistador extrair do entrevistado a sua visão acerca da situação analisada.

O entrevistador contou com o auxílio de dez perguntas abertas envolvendo temas a respeito de questões sociais, culturais, educacionais, profissionais e espirituais pré-estabelecidas que guiou inicialmente a entrevista (Apêndice A). Sendo a entrevista um

método que necessita o contato face a face do entrevistador com o entrevistado, foi realizado com cada participante um mínimo de dois contatos, sendo que o primeiro aconteceu via mensagem de texto por meio de um telefone de uso pessoal que teve como objetivo o agendamento da entrevista.

As informações colhidas durante a entrevista foram registradas por meio de notas manuscritas e gravação em áudio. Após a entrevista pessoal foi necessário para a complementação da pesquisa uma breve entrevista por meio de mensagens de áudio via whatsapp a respeito de temas que não foram inicialmente discutidos. Ressalta-se que a entrevista via whatsapp não obteve a mesma qualidade que a entrevista presencial.

A população alvo para a realização do estudo consistiu em refugiados residentes no Brasil, sem distinção entre os que estão legalmente no país e os que permanecem ilegais. Para o estudo foram selecionadas pessoas com idade superior a 18 anos e inferior a 60 de ambos os sexos que de forma voluntaria participaram do estudo. Como critério de exclusão foi utilizado a não compreensão da língua portuguesa.

O contato entre o pesquisador e os participantes ocorreu através do contato prévio com o Instituto de Migração e .Direito Humanos - IMDH. Após a apresentação do estudo para o IMDH a Diretora disponibilizou alguns números de telefone de refugiados que se enquadravam dentro dos parâmetros do estudo. O convite foi feito por meio de mensagem de texto. No momento do convite foi apresentado aos participantes os objetivos da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE (Anexo A). Após concordarem em participar do estudo a entrevista presencial foi agendada. As entrevistas foram realizadas no mês de outubro e 2015.

Os Dados coletados durante as entrevistas semiestruturadas foram tratados de maneira qualitativa. Ao fim da pesquisa em campo os áudios e documentos escritos foram organizados e categorizados de acordo com a proximidade dos relatos e áreas abrangentes.

O estudo como pressupõe Creswell (2010) no processo de análise de dados passou por seis etapas. A transcrição das entrevistas e organização dos tipos de dados correspondente à primeira etapa, após a transcrição ser terminada foi feita uma leitura dos dados e uma reflexão geral sobre o que foi coletado. Na terceira e quarta etapa foram realizadas a codificação e descrição para as categorias encontradas a respeito dos achados dos estudos. Nas etapas finais

foi verificada a forma com que os temas foram representados na narrativa qualitativa além da interpretação dos dados encontrados.

6. ASPECTOS ÉTICOS

Atendendo aos fundamentos éticos e científicos impostos pelas diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, o presente estudo adotou os termos da Resolução nº466/12 da CEP (Comitê de Ética e Pesquisa).

No primeiro contato os sujeitos foram esclarecidos quanto ao método e objetivos do estudo e ao aceitar participar da pesquisa foram convidados a assinar o TCLE (Apêndice A), documento que assegura o sigilo dos dados, garantindo o caráter confidencial das mesmas, a não remuneração assim como a inexistência de gasto financeiro ao participante. Ressalta-se aqui que a pesquisadora arcou com todos os gastos que o estudo exigiu.

Para maior comodidade e privacidade a entrevista aconteceu em ambiente tranquilo em que o participante se senti-se acolhido e a vontade. Por envolver assuntos delicados e particulares era possível que durante a entrevista fossem manifestadas reações emocionais diversas. Caso isso ocorresse à entrevista seria interrompida e seriam tomadas providências cabíveis. Assim que possível e sendo da vontade do participante a entrevista retornaria.

Ressalta-se aqui que após o fechamento e finalização do estudo será elaborada uma devolutiva quanto aos achados da pesquisa para cada voluntario que participou das entrevistas.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1 Perfil dos entrevistados.

A pesquisa contou com a participação de cinco voluntários, quatro homens e uma mulher, oriundos dos países de Gana, Haiti e Colômbia. Os entrevistados possuíam idades entre 22 e 35 anos, endereço fixo nas cidades de Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e Riacho Fundo. Todos os voluntários estão no Brasil sem a companhia da família e a maioria relatou estado civil de solteiro. Apenas um entrevistado relatou estar em um relacionamento estável com uma mulher brasileira e em breve ira se casar. Todos os participantes possuem familiares em seu país de origem, dois deles possuem filhos.

Os motivos que os levaram a solicitar refugio foram de conflitos familiares com ameaça a vida, perseguição e condição de vida desfavorável. A vinda para o Brasil foi uma escolha individual assim como a primeira opção desejada. Os participantes foram mapeados a partir do contato feito com o Instituto de Migração e Direitos Humanos- IMDH e através da rede de conhecidos pessoal de cada refugiado indicado pelo IMDH.

As entrevistas foram realizadas no mês de outubro de 2015 na casa de cada um dos entrevistados e executada a partir do agendamento por telefone. Todas as entrevistas foram feitas em português no entanto foi necessária a utilização de um dispositivo com um tradutor eletrônico em uma das entrevistas para traduzir algumas expressões não compreendidas pelo entrevistado. Todos os participantes assinaram o TCLE e a autorização para a gravação de voz.

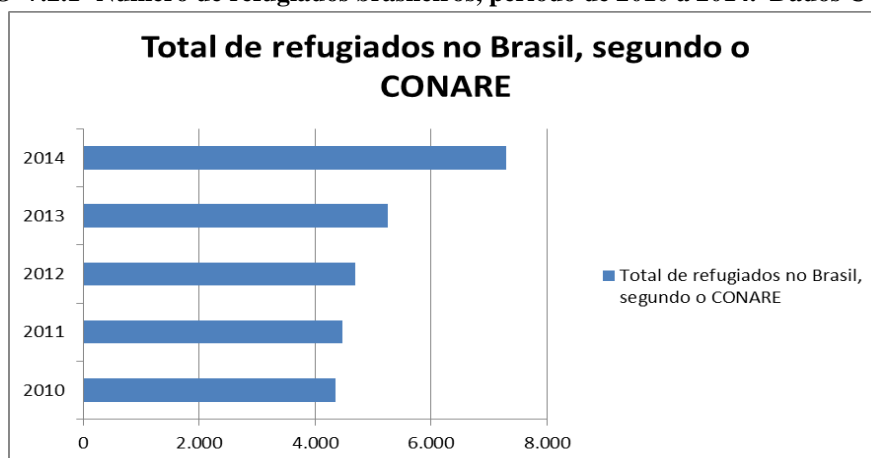
7.2 Legalidade, documentação e rede de apoio.

A Lei 9.474/97 regulamentou o que já havia sido incorporado na Convenção de 1951, descreve Garcia (2008). Com a promulgação da Lei, foi criado o CONARE – Comitê Nacional para Refugiados, que tem o objetivo a responsabilidade da elegibilidade a elaboração de políticas publicas pra os refugiados, cita De Almeida (2000) e ainda descreve o órgão sendo composto por Ministérios da Justiça, Trabalho, Relações Exteriores, Educação, Saúde, além do Departamento da Policia Federal, Organização Não- Governamental ligada aos refugiados, e o ACNUR, como membro convidado de voz ativa, porém sem direito a voto.

Segundo dados do CONARE, o Brasil em 2009 apresentava um total de 4.261 refugiados advindos de 75 nacionalidades distribuídas em quatro continentes (África,

América, Ásia e Europa). Nos últimos anos esse número tem crescido progressivamente como mostra o gráfico.

GRÁFICO 7.2.1- Número de refugiados brasileiros, período de 2010 a 2014. Dados CONARE.



Em 2010 o total era de 4.359 vindos de 75 nacionalidades, em 2011, esse número subiu para 4.470 vindos de 77 nacionalidades. No ano de 2012 em território nacional havia 4.689 refugiados, posteriormente nos anos de 2013 e 2014 foram contabilizados 5.256 e 7.289 respectivamente.

O CONARE visa promover a assistência dos refugiados no país. Por meio do CONARE o refugiado recebe o RNE - Registro Nacional de Estrangeiros ou protocolo valida por um ano e renovável até o fim do refugio emitida pela Policia Federal, a partir desse documento o refugiado pode retirar o CPF- Cadastro de Pessoas Físicas e carteira de trabalho, descreve Andrade e Marcolini (2002).Dentre os entrevistados todos estavam no país em situação legal, apresentando protocolo atualizado de licença temporária para a permanência no país. Ressalta-se que dos entrevistados, quatro estão com processos na justiça para a obtenção da licença permanente para residir definitivamente no Brasil, um dos entrevistados espera que com o futuro casamento com uma brasileira o processo possa ser finalizado mais depressa. Além da licença todos possuíam CPF e carteira de trabalho.

Os serviços de assistência segundo o CONARE são implementados por ONGs assistidas pela ACNUR nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Amazonas e Distrito Federal. Ao serem questionados sobre a rede de apoio três dos cinco refugiados mencionaram o Instituto de Migração e Direitos Humanos - IMDH como principal fonte de informações e ajuda emergencial.

O IMDH é uma entidade social assistida pela ACNUR na região do Distrito Federal sem fins lucrativos, filantrópica, cuja o objetivo é promover o reconhecimento da cidadania plena de migrantes e refugiados, atuando na defesa de seus direitos, na assistência sócio-jurídica e humanitária, em sua integração social e inclusão em política públicas, com especial atenção às situações de maior vulnerabilidade (Instituto de Migração e Direitos Humanos, 2014).

O IMDH foi ressaltado como de grande significância para os refugiados pois além da documentação o instituto faz orientações e esclarece dúvidas acerca dos direitos e deveres dos mesmos assim como oportunidades de trabalho. Apesar de estar localizado no Distrito Federal, na cidade de Varjão o IMDH articula uma rede de aproximadamente 50 entidades integrantes da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados que cobre todo o Brasil. O instituto atua no trabalho de assistência ao refugiado e não oferece espaços de convivência e cultura para os mesmos, dessa forma é visto pelos entrevistados apenas como um ambiente de informação, orientação, e encaminhamentos.

Segundo relato dos entrevistados, ao chegar no IMDH foram encaminhados para os órgãos competentes para a emissão e retirada dos documentos necessários para a permanência legal no país. Em algumas situações emergenciais o IMDH ajuda com uma quantia em dinheiro " *Quando cheguei aqui (Brasília) Sra. Margarida* (equipe da Instituição) me ajudou muito, me ajudou a tirar a documentação, me deu dinheiro , acho que foi 300 reais.*" (Entrevistado I). O IMDH possui parcerias com alguns projetos de ensino da língua portuguesa que acontecem nas cidades de Samambaia, Taguatinga (UCB), Asa Norte (UnB) e Varjão, as aulas são oferecidas gratuitamente.

Os três participantes que apontaram o IMDH como principal rede de apoio relataram terem sido indicados a procurar o instituto por conhecidos residentes no Brasil. Os dois entrevistados que não tiveram vínculo com o IMDH colocaram como principal fonte de informação e apoio os amigos que também se encontram na condição de refugiado, conhecidos próximos. Dentre esses dois participantes houve um relato de dificuldades para obter informações corretas, segundo o entrevistado muitas pessoas passam informações equivocadas que acabam conduzindo o erro, mediante a isso acaba se sentindo frustrado.

7.3 Moradia e mobilidade

Todos os voluntários para a pesquisa possuíam endereço fixo, sendo que quatro dos entrevistados moravam de aluguel e um em casa cedida por conhecidos (também imigrantes). Segundo a Secretaria de Direitos Humanos a população que se encontra em situação de refugio é um grupo vulnerável a violações do direito à moradia adequada, isso acontece pela falta de condição dos mesmos ao chegar no país signatário de alugar uma casa adequada devido a seu status legal e discriminação, dessa forma são levados a viver em condições inseguras e de superlotação (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013). Dentre os entrevistados foram relatadas dificuldade de encontrar moradia adequada devido a burocracia existente no país para a locação de imóvel , como fiadores e o alto custo do aluguel.

Dois dos entrevistados mencionaram ter vivido situações inadequadas de moradia nos períodos iniciais a sua chegada, inclusive um desses chegou a morar em uma rodoviária por vinte dias enquanto esteve em São Paulo, depois veio para o Distrito Federal com o apoio de um outro refugiado que estava a caminho do IMDH. Todas as residências visitadas durante a pesquisa possuíam serviço de água e esgoto, acesso a internet e telefone. As casas possuíam em media três cômodos, quarto, banheiro e cozinha e era composta pela mobília básica - fogão, geladeira, cama, televisão. Apenas um dos entrevistados tinha acesso a internet em computador os demais acessavam a rede através do celular.

Não foi demonstrado e nem mencionado pelos participantes em nenhum momento das entrevistas o conhecimento de que através do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico poderiam se candidatar para a participação de programas assistenciais do governo como o Minha Casa, Minha Vida, o Aluguel Social, Tarifa Social de Energia Elétrica e outros.

Segundo a ACNUR (2014) o refugiado deve gozar de livre trânsito pelo território brasileiro porém para viagens ao exterior o refugiado deve solicitar permissão ao CONARE e a partir dessa autorização solicitar um passaporte na Policia Federal. Desde que chegaram ao Brasil nenhum dos entrevistados realizou viagem internacional. Quanto a deslocamentos dentro do território brasileiro os voluntários da pesquisa migraram de Natal - RN, São Paulo - SP e Recife - PE todos para o Distrito Federal.

Dentro do Distrito Federal o principal meio de transporte utilizado é o transporte público. O metrô foi apontado como preferência devido o uso da língua inglesa para a indicação das estações. O ônibus também é frequentemente utilizado porém relataram se sentirem seguros realizando somente o trajeto que já estão habituados e que ao ter que realizar caminhos diferentes ou lugares desconhecidos frequentemente se perdem. Um dos participantes apresentou possuir habilitação para dirigir porém como esta residindo há um período maior de seis meses a habilitação esta vencida, para ter a permissão para dirigir segundo a ADUS- Instituto de Reintegração do Refugiado o entrevistado precisa realizar e ser aprovado em exame médico e psicológico, solicitar a CNH- Carteira Nacional de Habilitação brasileira na cidade onde residem atualmente, mediante agendamento prévio e pagar as taxas de registro de estrangeiro CNH.

7.4 Trabalho, educação e saúde.

Todas as pessoas em situação de refugio segundo a ACNUR (2013), têm direito a educação, saúde e trabalho portanto podem retirar carteira de trabalho e trabalhar formalmente sendo titulares dos mesmos direitos inerentes a qualquer outro trabalhador no Brasil. A legislação brasileira garante atendimento universal a saúde que garante ao refugiado acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) podendo ser atendidos em qualquer unidade pública de saúde, hospital, clínica ou posto de saúde. Para que seja atendido nas unidades de saúde o refugiado deve apresentar o CPF e protocolo provisório ou RNE. O CPF e o protocolo ou RNE garantem também o ingresso do refugiado nas instituições brasileiras de ensino, ofertando assim a educação garantida a esse grupo por lei.

Segundo a ACNUR (2011) além da dificuldade em encontrar emprego, os refugiados ainda tem que lidar com baixos salários e a demora na emissão de documentos. Quatro dos entrevistados possuíam emprego com carteira assinada e um estava no seguro desemprego. Apesar da maioria estar empregada os participantes mencionaram ter encontrado dificuldades e alguns relataram ter sofrido preconceito na busca por trabalho "*Eu procurei emprego em muitos lugares, tem gente que acha que somos criminosos, outros pedem para a gente mostrar o permanente [...]*" (Entrevistado 3). Segundo Silva, Lacerda e Jorgensen (2010) o problema dos refugiados em serem aceitos no mercado de trabalho entre outras coisas esta no mito de que os estrangeiros ameaçam a soberania nacional. A exigência da apresentação do protocolo de permanência por alguns contratantes causaram nos entrevistados sentimentos de tristeza e inferioridade.

Dentre os participantes nenhum exerce a profissão que exercia em seu país de origem e mostram-se satisfeitos com as atividades que executam nos seus respectivos empregos, incluindo um entrevistado que relatou possuir formação acadêmica em engenharia da computação e que atualmente trabalha na função de operador de máquina em uma gráfica. Grande parte dos empregos foram concebidos a partir de indicação de conhecidos. Durante a pesquisa foi percebido que alguns contratantes possuem preferência por contratar estrangeiros " *La onde eu trabalho éramos três pessoas de Gana. Meu patrão gosta porque nos trabalhamos muito bem e aprendemos rápido. Atualmente só tem eu de Gana trabalhando lá.*" (Entrevistado 3). Como ocorre as indicações de emprego o aprendizado da nova função ocorre também de maneira informal e muitas vezes é feita pelo próprio patrão. Não foi notado durante as entrevistas insatisfação profissional.

O trabalho remunerado é indicado como principal atividade de investimento de tempo. O estudo, a qualificação profissional são mencionadas como atividades a serem realizadas no futuro, sem data definida " *[...] primeiro eu quero trabalhar , ganhar dinheiro e arrumar minha vida. Depois vou estudar*" (Entrevistado 2). Em seus trabalhos Silva, Lacerda e Jorgensen (2010) evidenciam que é importante que parta do país anfitrião iniciativas que promovam a entrada desse grupo em escolas e universidades capacitando-os para que possam viver financeiramente independentes e que contribuam com a economia local.

Como atividade de ensino mencionaram as aulas de português. Dos participantes três referiram obter as aulas de forma gratuita, um mencionou pagar por hora/aula e um apresentou a internet como meio de ensino e aprendizado da língua. Silva, Lacerda e Jorgensen (2010) coloca em seus trabalhos a importância do aprendizado da língua oficial do país anfitrião, o idioma é uma das formas mais importantes para possibilitar a adaptação do refugiado ao ambiente que está inserido.

No que se refere aos serviços de saúde, apenas um mencionou ter precisado ir ao hospital devido uma forte dor no braço, segundo ele não teve problemas para ser atendido. Ao sair do consultório foi orientado a receber a medicação na farmácia do hospital porém o medicamento estava em falta. Isolando o atendimento médico, nenhum dos entrevistados realizaram exames rotineiros de avaliação médica ou receberam atendimento ou fizeram acompanhamento por outros profissionais da saúde.

Ao serem questionados a respeito de se sentir saudável a maioria se posicionou como sendo "forte" e que desde que chegou ao Brasil não desencadeou nenhuma doença. Apenas

um participante conceituou saúde como estado físico e psicológico " Desde que sai de Colômbia tenho me sentido triste, muito triste. Não tenho vontade de fazer nada! Acho que estou com depressão" (Entrevistado 4). Para Silva, Lacerda e Jorgensen (2010) segundo os dados da ACNUR o somatório das experiências traumáticas dos refugiados podem causar a essas pessoas um trauma caracterizado por estresse, depressão ou ansiedade. Quito (2007) afirma em seus trabalhos que a saúde é um dos grandes alicerces para a acolhida e inserção do refugiado a comunidade e que para isso o sistema deve estar preparado para atender as necessidades específicas desse grupo analisando principalmente o seu perfil histórico-cultural.

7.5 Religião e lazer

Como mencionado anteriormente a atividade remunerada é a responsável pela detenção de grande parte da energia e tempo do refugiado. Atividades como estudo, praticas religiosas e lazer são colocadas em segundo plano e exercidas somente quando a execução das mesmas não interfere na atividade principal que é o trabalho. Dentro da amostra da pesquisa foram identificados dois muçulmanos, dois cristãos e um participante preferiu não responder as perguntas pertinentes a esse aspecto.

Desde que chegaram ao Brasil nenhum dos entrevistados se sentiu constrangido ou acuado ao realizar suas praticas religiosas. Tanto os que se denominaram muçulmanos quanto os cristão, atualmente estão inseridos em uma comunidade religiosa, contudo se mostram insatisfeitos com a disponibilidade de tempo que transferem para a igreja.

Foi verificado como principal motivo para a defasagem de participação na comunidade religiosa a falta de tempo, seguida de cansaço e a longa distância entre a residência do refugiado e a mesquita/igreja. A falta de tempo é motivada pelas horas destinadas a atividade remunerada, sendo que todos os entrevistados empregados trabalham em horário comercial, mesmo horário em que as igrejas/mesquitas realizam suas atividades e trabalhos voltados para a comunidade de modo geral. Segundo os entrevistados além da jornada de 8h diárias as atividades exercidas requerem muito esforço físico que acabam prejudicando a disposição para outras atividades.

A distância entre a residência e a mesquita/igreja foi um dos pontos enfatizados pela amostra. Todos apresentaram queixa e acrescentaram que este é o fator causador dos espaçamentos cada vez mais frequentes da participação dos mesmos nos rituais religiosos.

Quando questionados acerca da assiduidade nesses mesmos rituais em seu país de origem, todos classificaram como frequentes.

Marinucci (2013) coloca a o fator religioso como uma forte fonte de proteção, sentido e dignidade e um importante recurso para amenizar a sensação de desamparo e insegurança. Com a igreja/mesquita sendo um espaço de facilitação e grande interação social e havendo problemas na participação do refugiado com a comunidade o individuo perde grande oportunidade de solidificar uma rede de apoio pessoal útil para a sua adaptação ao país. Para Marinucci (2013, p. 78)

Muitas vezes, o migrante com cosmo visão religiosa é levado a buscar e frequentar lugares de culto, celebrações ou outras atividades promovidas pela sua denominação religiosa. Desta maneira a pessoa é inserida numa comunidade que com frequência exerce importante papel de amparo.

Além das atividades religiosas foi perguntado aos entrevistados o que eles fazem para se divertir, se possuem grupos de amigos, praticam esportes e/ou frequentam espaços de lazer como cinema, teatro, exposições e afins. Dos cinco participantes apenas um relatou destinar um horário fixo durante a semana para a pratica de esporte. Toda sexta-feira o entrevistado se reúne com outros refugiados oriundos do mesmo país para jogar futebol. Ressalta-se que o local da partida acontece em uma outra cidade satélite. Os outros participantes mencionaram realizar atividades de lazer esporadicamente, nessas atividades foram incluídas visita a amigos almoçar/jantar fora.

Todos se sentem insatisfeitos com as atividades voltadas para o lazer desenvolvidas desde que chegaram ao Brasil. Como fator para a baixa participação das atividades de lazer foi identificado a falta de interação e vínculos assim como o isolamento social " *Eu gosto muito de brincar, se eu tivesse um amigo ou uma amiga para ir ao teatro eu iria.*" (Entrevistado I). Durante as entrevistas não foram citadas atividades culturais que ressaltem seus países de origem tampouco manifestações e apreciação artística dos mesmos.

A falta a integração cultural provoca consequências devastadoras para a autoestima e dignidade do refugiado e isso é refletido na sua satisfação pessoal, já que se os costumes e crenças do refugiado não forem respeitados no país receptor e caso ele não tenha a oportunidade de se adaptar a cultura local ele nunca se sentira de fato acolhido e seguro e também não poderá contribuir com a comunidade local, ressaltam Silva, Lacerda e Jorgensen (2010).

7.6 Família e amigos.

Segundo o CONARE a todos o refugiados reconhecido no Brasil tem direito à reunião familiar ou seja, todos os membros da sua família tem o direito de ser também reconhecido como refugiados no território brasileiro. Ao deixar o país natal alguns dos entrevistados foram obrigados a partir sem os filhos pequenos e outros membros da família motivo de grande sofrimento para esse grupo.

No dia a dia a saudade dos familiares se torna ainda mais acentuada devido a ausência de vínculos e interação com as pessoas que territorialmente se encontram mais próximas. A saudade é amenizada devido o uso da internet, principal meio verificado na pesquisa de comunicação com os entes queridos que ficaram no país natal. Além da internet, as ligações telefônicas também são frequentemente utilizadas para burlar o sofrimento causado pela ausência da família.

A angustia é um sentimento que esta aliado com a saudade, alguns dos entrevistados mostraram preocupação com a família ter permanecido no país de partida. Eles temem a segurança de seus entes queridos e se veem responsáveis por manter financeiramente seus familiares, mandando todos os meses parte do salário conquistado. Queixaram-se a respeito de que o dinheiro enviado não é o suficiente para garantir uma boa qualidade de vida a suas famílias que permaneceram no seu país de origem e que com a outra metade não conseguem pagar as dívidas adquiridas no país signatário. Todos os participantes esperam estar em breve junto da família, quatro dos entrevistados planejam trazer parentes para viver no Brasil.

Durante a pesquisa também foi observado que sem os pais, filhos ou irmãos por perto o refugiado tende a se apoiar em pessoas que se encontram na mesma situação e que sejam oriundas do mesmo país natal. Quando isso não é possível são as pessoas que moram próximas a sua residência que ocupam esse papel. Em outras situações o refugiados se isola e começa a apresentar resistência de interação e contato com as pessoas.

Referente as amizades, grande parte dos entrevistados apontaram o trabalho como principal local para se fazer amigos, seguido pela vizinhança e igreja. Alguns refugiados mencionaram pertencer a um grupo virtual em uma plataforma (whatsapp). O grupo é constituído por pessoas que estão em situação de refugio e a partir da interação trocam informações, planejam atividades entre outras coisas. Os entrevistados que participam deste grupo virtual apresentaram maior segurança e confiança em participar da pesquisa. Foi

observado que quanto menor o círculo de amigos maior se torna a insegurança, insatisfação e tristeza do refugiado.

De acordo com as entrevistas feitas, não existem espaços de convivência específicos para a população refugiada, o grupo criado na plataforma (whatsapp) surgiu a partir da iniciativa de um dos entrevistados que visava o compartilhamento de informações, porém atualmente tem servido de apoio e ajuda para todos os envolvidos. Atualmente o grupo tem sido de grande utilidade para o agendamento de encontros e atividades entre os participantes do mesmo. Ressalta-se que este grupo é destinado para as pessoas que vieram de Gana que se definem como refugiados.

Um dado importante verificado ao longo da pesquisa é de que existe dificuldade de interação entre refugiado-nativo e nativo-refugiado. Isso segundo os relatos tem ocorrido devido à desconfiança que o nativo remete ao refugiado que ainda é visto como um fugitivo, alguém que infringiu a lei, mediante a isso as pessoas em situação de refúgio acabam se agrupando com pessoas na mesma situação e optam por desenvolver atividade entre o próprio grupo.

7.7 Vida do nativo X vida do refugiado.

Segundo Silva, Lacerda e Jorgensen (2010) ao chegar em um novo país o refugiado enfrenta a discriminação por ser diferente em diversos aspectos mas principalmente a diferença maior se encontra em sua nacionalidade e isso é refletido como xenofobia pelos nativos. Porém ao analisarmos outros grupos que constituem a população brasileira como pessoas pobres, que vivem na periferia e principalmente as que se declaram pardas ou negras, aponta De Oliveira Silva (2007), também são diariamente vítimas de discriminação. A discriminação causa prejuízos ao desenvolvimento e auto satisfação de ambos os grupos, nos refugiados termina por influenciar todas as outras etapas do processo, ou seja, a integração legal, econômica e social dos refugiados no país de asilo (Silva, Lacerda e Jorgensen, 2010) e nos outros grupos de vulnerabilidade social citados são marginalizados e relacionados à criminalidade (De Oliveira Silva, 2007).

A partir da discriminação surgem outros problemas de adaptação, no que diz respeito ao trabalho, Silva, Lacerda e Jorgensen (2010) apontam a dificuldade do refugiado em encontrar emprego evidenciado por um dos entrevistados, de desfrutar da sua cultura e participar da vida comunitária. Não distante dessa situação está a população pobre da periferia

brasileira levantada por De Oliveira Silva (2007) que assim com os refugiados, não conseguem encontrar um trabalho remunerado devido ao estigma de que por ser da periferia essas pessoas não são dignas de confiança portanto não são honestas.

Durante a pesquisada foi observado que as pessoas em situação de refugio dedicam muito tempo ao trabalho e atividades de lazer são basicamente nulas. Assim como os refugiados as pessoas da periferia não frequentam o cinema ou o teatro e se limitam a opções oferecidas no próprio bairro com baixo ou nenhum custo (De Oliveira Silva, 2007). Os refugiados entrevistados mencionaram que geralmente as atividades de lazer como jogar bola se limitam ao próprio grupo de refugiados.

Com base nas entrevistas feitas e no trabalho de De Oliveira Silva (2007) é possível enxergar diversas semelhanças entre a participação da vida comunitária dos refugiados e dos nativos que vivem na periferia das grandes cidades, dentre elas estão a dificuldade de utilização do transporte publico, sendo que apesar de distintas existem barreiras na utilização do serviço. Para o nativo da periferia a dificuldade esta no alto preço da tarifa , para o refugiado é a falta de informação e orientação espacial e em comum a dificuldade esta no serviço precário e inseguro ofertado. O acesso a moradia é limitado em ambos casos por falta de recursos financeiros fazendo com que esse grupos busquem acomodações a margem dos grandes centros em casa geralmente pequenas e que não acomodem adequadamente os moradores.

Mediante as pesquisas realizadas sobre a vida dos refugiados e o trabalho de De Oliveira Silva (2007) acerca da periferia é possível notar que o Brasil apesar de possuir uma legislação própria para os refugiados se torna incapaz de oferecer a esse grupo uma integração total na participação da vida comunitária já que o país é inapto a oferecer aos seus nativos da periferia as mesmas condições. Dessa forma fica visível que mais importante do que planejar ações voltadas a um grupo vulnerável específico esta a necessidade de colocar em pratica as ações e serviços assegurados a todos em território nacional por lei.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os resultados foi possível concluir que ao chegar no país anfitrião o refugiado, ao contrario do que era esperado, consegue se recriar dentro do contexto a qual foi inserido. Os motivos que os levam a emergir são diversos mas todos tem em comum a insegurança que sentem ao permanecer em seu próprio país. No Brasil o processo de recriação dos papeis sociais e integração na comunidade é facilitado pela legislação que rege o próprio grupo sendo um forte motivo para a escolha de milhares de refugiados. Apesar dos facilitadores os refugiados ainda enfrentam grande dificuldades que são principalmente de cunho social e cultural.

Dentre as principais dificuldades levantadas esta o aprendizado da língua portuguesa, que apesar de algumas instituições oferecer o serviço gratuitamente é uma ação que requer tempo e dedicação. Durante as entrevistas foi notado a deficiência do brasileiro em receber o estrangeiro, já que quatro dos entrevistado falavam inglês, língua considerada universal, e que mesmo assim não foi possível estabelecer uma boa comunicação entre o refugiado e o nativo. Posterior a dificuldade da língua está a burocracia e o alto preço para a aquisição de moradia e a discriminação enfrentada na busca por trabalho.

No que tange os aspectos mínimos de qualidade de vida os refugiados são bem assistidos pelo serviços de saneamento básico, água, luz e telefone. Existe porém uma grande defasagem nas questões referentes a apreciação e promoção de cultura e lazer desses grupos, falta espaços de convivência, mediadores e promotores de cultura entre outros. Infelizmente essa não uma deficiência existente apenas para os refugiados mas sim de todos os grupos considerados minorias e vulneráveis sociais.

A idade dos entrevistados foi uma variável importante já que todos estavam na faixa etária entre jovens adultos e adultos que favorecia o processo de assimilação e adaptação, quanto mais jovem maior é possibilidade de aceitar situações novas. Mesmo com todas as implicações de adaptação expostas pelos entrevistados, a maioria se considera atualmente satisfeito e que independente de qualquer dificuldade se sentem seguros, desejam construir uma nova vida no país que o acolheu conseguindo enxergar um futuro prospero e feliz.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. Agência da ONU para refugiados. Disponível em: < <http://www.acnur.org/t3/portugues/> > Acesso em 07 de novembro de 2014.
- ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Cartilha para refugiados no Brasil. Disponível em: < <http://www.refworld.org/pdfid/54eaf17b4.pdf> > Acesso em: 02 nov. 2015
- ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Moradia e trabalho são principais desafios para refugiados no Brasil. 2011. Disponível em :< <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/moradia-e-trabalho-sao-principais-desafios-para-refugiados-no-brasil/> > Acesso em 2 nov.2015.
- ADUS. Instituto de reintegração de refugiados - Brasil. Estrangeiros no volante, 2014. Disponível em:< <http://www.adus.org.br/2014/12/estrangeiros-no-volante/> > Acesso em 21 nov.2015.
- AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Tempo Social- revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 198, 2006.
- ALGADO, Salvador Simó; MEHTA, Nina; KRONENBERG, Frank. Niños supervivientes de conflicto bélico. **Terapia ocupacional: Revista informativa de la Asociación Profesional Española de Terapeutas Ocupacionales**, [S.l.] n. 31, p. 26-40, 2003. Disponível em:<<http://www.salvadorsimo.org/intervencion-ninos-supervivientes-de-la-guerra/> > Acesso em 02 de abr. de 2015.
- ANDRADE, José H.; MARCOLINI, Adriana. A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados: breves comentários sobre suas principais características. **Revista brasileira de política internacional**, v. 45, n. 1, p. 168-176, 2002. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000100008&script=sci_arttext> Acesso em 21 Nov.2015.
- ARAÚJO, Washington. O desafio de ser refugiado. In: MILESI, Rosita. (Org.). **Refugiados, realidade e perspectiva**. Brasília: Loyola, p. 33-44. 2003. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=tJBOOpZzgAEC&pg=PA3&dq=refugiados,+adapta%C3%A7ao,+rotina&lr=&hl=ptBR&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false> Acesso em 07 Nov.2014.
- AYDOS, Mariana. **Migração forçada: Uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, Brasil (1970-2006)**. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado apresentado no Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas)– Universidade Estadual de Campinas. Campinas. Disponível em:< <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000476177> > Acesso em 03 mai. 2015
- AYDOS, Mariana Recena; BAENINGER, Rosana; DOMINGUEZ, Juliana Arantes. Condições de Vida da População Refugiada no Brasil: trajetórias migratórias e arranjos familiares. In: **III Congresso da Associação Latino-Americana de População**. 2008.
- BARROS, Denise Dias. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-97, 2004. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13945/0>>. Acesso em 16 de maio de 2015
- BARROS, Denise Dias; GHIRARDI, Maria Isabel Garcez; LOPES, Roseli Esquerdo. Terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 95-103, 2002. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13903/1572> > .Acesso em 16 Mai. 2015.
- BATISTA, Valéria O. O fluxo migratório mundial e o paradigma contemporâneo de segurança migratória. **Revista Versus**, [S.l.] v. 3, p. 68-78, 2009.
- BRASIL. **Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional**. Resolução nº 383, de 22 de dezembro de 2010. Competências do Terapeuta Ocupacional nos Contextos Sociais e dá outras providencias. Seção 1. P.

80, nov/dez. 2010. Disponível em: <<http://www.coffito.org.br/site/index.php/home/resolucoes-coffito/462-resolucao-n-383-2010-define-as-competencias-do-terapeuta-ocupacional-nos-contextos-sociais-e-da-outras-providencias.html>> Acesso em 07 Nov. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Bioética. **Diário Oficial da União**, Brasília 13 de junho de 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html> Acesso em 07 Nov. 2014

BRASIL. Lei nº 9.474, DE 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de julho de 1997. Disponível em: <http://planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L9474.htm> Acesso em 02 de abr. 2015

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Direito a moradia adequada. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/promocao-e-defesa/publicacoes-2013/pdfs/direito-a-moradia-adequada>> Acesso em 21 nov. 2015.

CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Claudia. Avaliação dos contextos. In: _____. **Terapia ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007, p.106-109.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, v.3, (296 p.), 2010.

DA SILVA, Andréa Lúcia A. Os refugiados no cenário mundial e a garantia dos direitos humanos através de uma cultura de paz. 2012. Disponível em: <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:LCH9r4dey08J:scholar.google.com/+Os+refugiados+no+cen%C3%A1rio+mundial+e+a+garantia+dos+direitos+humanos+atrav%C3%A9s+de+uma+cultura+de+paz&hl=pt-BR&as_sdt=0,5> Acesso em: 02 abr. 2015

DE ALMEIDA, Guilherme Assis. A Lei n. 9.474/97 e a definição ampliada de refugiado: breves considerações. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 95, p. 373-383, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67475>> Acesso em 02 de abr. de 2015

DE CARLO, M.M.R.P; BARTALOTTI, C.C. Caminhos da terapia ocupacional. In: _____. **Terapia Ocupacional no Brasil: Fundamentos e perspectivas**. Brasil: Plexus, p. 19-40, 2000.

DE CASTRO, E.D.; DE ARAUJO LIMA, E.M.F.; BRUNELLO, M.I.B Atividades humanas e terapia ocupacional. In: DE CARLO, M.M.R.P; BARTALOTTI, C.C. **Terapia Ocupacional no Brasil: Fundamentos e perspectivas**. Brasil: Plexus, p. 41-62, 2001. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ObP0QmgKcRAC&oi=fnd&pg=PA17&dq=Terapia+Ocupacional+no+Brasil:+Fundamentos+e+perspectivas.&ots=-xL-ukgyH7&sig=T5npojmvILzCmYY4RtztSLvgivk#v=onepage&q=Terapia%20Ocupacional%20no%20Brasil%3A%20Fundamentos%20e%20perspectivas.&f=false>> Acesso em 07 Nov. 2014

DE OLIVEIRA SILVA, Keli. A periferização causada pela desigual urbanização brasileira. 2007. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/011/11/silva.pdf>> Acesso em 21 Nov. 2015

GARCIA, Cristiano Hehr; DOS GOYTACASES, CAMPOS. **Direito Internacional dos Refugiados–História, Desenvolvimento, Definição e Alcance. A busca pela plena efetivação dos Direitos Humanos no plano internacional e seus efeitos no Brasil**. 2008, p. 64-106 121-125. Tese de Doutorado. Dissertação Mestrado. UNIFLU. 2007. Faculdade de Direito de Campos–Programa de Mestrado. Disponível em: <www.fdc.br/arquivos/Mestrado/Integra/CristianoGarcia.pdf> Acesso em 02 de abr. de 2015.

IMDH. Instituto de Migrações e Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=435> Acesso em 02 de abr.2015

IMDH. Instituto de Migração e Direitos Humanos. O IMDH. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/2014-01-14-00-36-49/quem-somos>> acesso em 21 nov.2015

MALFITANO, Ana Paula Serrata. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. **Revista de**

Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2005. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13952/0>> . Acesso em 16 de mai. 2015

MARINUCCI, Roberto. A Religiosidade do Migrante como Fonte de Proteção, Sentido, Dignidade e Diálogo. In: RAMIREZ, Andrés et al. **Refugio, migrações e cidadania. Caderno de debates 8**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 8, n. 8, p.73-89, 2013. Disponível em:< http://www.migrante.org.br/migrante/components/com_booklibrary/ebooks/caderno-debates-8.pdf> Acesso em 02 de abr. 2015

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Introdução. In: MILESI, Rosita. **Refugiados: realidade e perspectivas**. São Paulo: Loyola, p.13-20, 2003. Disponível em:< https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=tJBOOpZzgAEC&oi=fnd&pg=PA7&dq=marinucci+e+Milesi&ots=GhCX2v_tQl&sig=VQbO3uKGWtV7-paWoLVHkUe53so#v=onepage&q=marinucci%20e%20Milesi&f=false> Acesso em 03 mai. 2015

MELLO, Thiago. O desafio do exílio. In: TRINDADE, A. A. C. *et al.* **Refugio, migrações e cidadania. Caderno de debates 3**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v.3, n. 3, p. 13-19, 2008. Disponível em :< http://www.migrante.org.br/migrante/components/com_booklibrary/ebooks/caderno-debates-3.pdf> Acesso em 02 de abr. 2015

MILESI, Rosita. Por trás de cada numero há um ser humano. Disponível em:< http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=article&id=110&Itemid=1197> Acesso em 02 de abr. 2015.

MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 22, n. 43, 2014.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-25, 1995.

ROCHA, E. F. BRUNELLO, M.I.B. Avaliação Qualitativa em Terapia Ocupacional: Princípios, métodos e técnicas de coleta de dados. In: CAVALCANTI, A. GALVÃO, C. (Org.) **Terapia Ocupacional - Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro -RJ: Guanabara Koogan, p. 44-47, 2007.

RODRIGUES, José Noronha. Políticas de asilo e de direito de asilo na União Europeia. **Repositório da Universidade de Açores**. Portugal n.14, p.4-6, 2006. Disponível em:< <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1149/1/WPaper%2014-2006%20%28Rodrigues%29.pdf>> Acesso em 02 abr. 2015

SILVA, Wanêssa Marques; LACERDA, Fabrício; JORGENSEN, Nuni. Diversidade Cultural e a Integração de Refugiados. Disponível em:< <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=Diversidade+Cultural+e+a+Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Refugiados.&btnG=&lr=>> Acesso em 21 de nov. 2015.

SPRANDEL, Márcia Anita; MILESI, Rosita. O acolhimento a refugiados no Brasil: histórico, dados e reflexões. In: MILESI, Rosita. **Refugiados: realidade e perspectivas**. Brasília: CSEM/IMDH, p. 113-134, 2003. Disponível em:< https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=tJBOOpZzgAEC&oi=fnd&pg=PA113&dq=O+acolhimento+a+refugiados+no+Brasil:+Historico+&ots=GhCX0q0pPd&sig=URVZIL_evp7AVNF0rtcEDsnDwwA#v=onepage&q=O%20acolhimento%20a%20refugiados%20no%20Brasil%3A%20Historico&f=false> Acesso em 02 de abr. de 2015.

APÊNDICE A – PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome: _____ Idade: _____

Naturalidade: _____ Há quanto tempo esta no Brasil: _____

Motivo da migração: _____

Refugiados: adaptação ao novo contexto.

Perguntas

1. Desde que chegou ao Brasil você tem encontrado dificuldades para o exercício da sua fé/crença como a prática de rituais e costumes ou tem sofrido algum tipo de opressão e discriminação relacionada a esse aspecto? Quais?
2. No que diz respeito às relações sociais, você tem encontrado espaços favoráveis pra a criação e desenvolvimento de vínculos? Como tem se relacionado com outras pessoas?
3. Foi oferecido algum apoio para o aprendizado do idioma e outros conteúdos importantes para a melhor adesão ao país?
4. Atualmente você exerce a mesma profissão que desenvolvia em seu país de origem? Tem recebido apoio para encontrar emprego ou aprender uma nova profissão? Como tem se mantido financeiramente?
5. Emocionalmente como tem se sentido? Quais fatores têm contribuído para esse quadro emocional?
6. Você possui o conhecimento dos seus direitos? Quais serviços você tem como referência?
7. Atualmente o que tem dado sentido a sua vida? Quais são os seus planos para o futuro?
8. Qual a sua opinião a respeito da situação que esta vivendo?
9. Nesse período como tem sido a sua rotina?
10. A seu ver qual é a maior dificuldade que tem enfrentado desde que se tornou um refugiado?

ANEXO A – TCLE PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Grupo 1)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Diversidade, Cultura e Terapia Ocupacional”, de responsabilidade de Vagner dos Santos, Professor Assistente do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é conhecer a realidade da vida cotidiana/atividades-diárias de pessoas em situação de refúgio no Brasil. Além de conhecer sobre as atividades cotidianas, nosso objetivo é discutir como profissionais da saúde, especificamente a Terapia Ocupacional, poderia oferecer apoio e suporte para a garantia de atividades significativas para refugiados em seu país de destino, neste caso Brasil. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado e ou compartilhada com nenhum outro órgão ou instituição, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a).

Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, especificamente as entrevistas que poderão ser gravadas, caso você esteja de acordo, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa. Ainda, é importante esclarecer que a gravação será somente utilizada para registro fiel das informações e para auxiliar na transcrição, e não serão de forma alguma apresentada e/ou compartilhada.

A coleta de dados será realizada por meio uma série de entrevistas, aproximadamente 2 ou 3 encontros, de acordo com a sua disponibilidade. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco legal ou para sua saúde e integridade física, mental e/ou legal.

Espera-se com esta pesquisa permita aprofundar o conhecimento sobre as dificuldades cotidianas de refugiados no Brasil, e também sobre como profissionais, neste caso o Terapeuta Ocupacional, poderão contribuir neste processo.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 3107-8408 ou pelo e-mail vagner@unb.br

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de um encontro em grupo que será oferecido depois que a etapa de análise dos dados for concluída, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, ___ de _____ de _____

ANEXO B - TERMO PARA A UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz

para fins de pesquisa

Eu, _____, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado “Diversidade, Cultura e Terapia Ocupacional” , sob responsabilidade de Vagner dos Santos vinculado ao Curso de Terapia Ocupacional da Universidade de Brasília

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para registro da entrevista e posterior transcrição do material coletado.

Tenho ciência de que não haverá divulgação do som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades de transição vinculadas ao projeto de pesquisa, conforme explicitado acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao sons de voz são de responsabilidade do pesquisador responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do meu som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, ____ de _____ de _____

